 <p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Egas Moniz</p>	<p>1917</p> <p><i>As forças seguiam para o cais de embarque quase às escondidas, não fosse a sua marcha espectacular através da capital despertar as iras daqueles que não se conformam com a não participação militar na guerra</i> (Ferreira Martins)</p> <p><i>Que diabo de independência nacional tem um desgraçado país que é internacionalmente um feudo da Inglaterra, que é nacionalmente um feudo do anti-português Afonso Costa...Um Portugal onde internacionalmente só se pode ser inglês; onde nacionalmente só se pode ser francês...?</i> (Fernando Pessoa)</p>
	<p>Fome, peste e guerra, aparições de Fátima e Sidónio</p> <p><i>Em 13 de Maio, na Cova de Iria, apareceu brilhando, a Virgem Maria...</i> (Afonso Lopes Vieira)</p>

- **Entre o futurismo e a revolução bolchevique** – Paulo Merêa recupera a neo-escolástica peninsular com um estudo sobre *Suárez Jurista. O Problema da Origem do Poder Civil* e o seu colega e amigo António de Oliveira Salazar publica *Alguns Aspectos da Crise das Subsistências*. Já Almada Negreiros repete as teses de Marinetti de 1909 e em 14 de Abril, juntamente com Santa-Rita Pintor (1890-1918) numa sessão realizada no Teatro República, lança o *Ultimatum Futurista às Gerações Portuguesas do Século XX*. Em Novembro desse mesmo ano, quando se desencadeia na Rússia a revolução bolchevique, começa a publicar-se a revista *Portugal Futurista*, onde também colabora António Ferro e se publica o *Ultimatum* de Álvaro de Campos.
- **Fátima** – A partir de 13 de Maio de 1917, a República que traduzira em português a *marianolatria* francesa, nascida a partir de 1848, numa espécie de personificação da ideia positivista de *mátria*, conforme a proposta de Comte de 1845, vai sofrer o repto católico do *culto de Maria*, numa reedição das peregrinações à Senhora da Rocha, conforme aconteceram em 1822. Os nossos positivistas republicanos, esses *bolchevistas da classe média* não haviam conseguido que o cívico substituísse o religioso, que Paris fosse mais do que Roma, que o altruísmo vencesse a caridade e que o Grande Oriente Lusitano superasse a Companhia de Jesus. Nem sequer Sidónio conseguiu a necessária *ditadura revolucionária* que, na senda de Comte, propusera Basílio Teles, para que a *ordem* nos permitisse a transição para o *progresso*.

- **Intentona** – Abortada uma tentativa golpista chefiada pelo coronel Botelho de Vasconcelos (22 de Janeiro).
- **Guerra** – Ordenada a concentração das forças expedicionárias (17 de Janeiro). O primeiro contingente do CEP parte em 19 de

Janeiro, tendo saído do batalhão de Infantaria 15 de Tomar, como punição por ter participado na revolta de Dezembro de 1916. Hão-de chamar-lhe *carneiros de exportação portuguesa*. Seguirão, ao todo, para a Flandres, 55 000 homens (24 batalhões que

formam duas divisões), numa espécie de nova *Campanha do Rossilhão*. 30 000 são enviados para as colónias, onde já estacionavam cerca de 15 000 homens.

● **Greves e questão das subsistências** Numa reunião da Associação Central da Agricultura Portuguesa, José Relvas e Aresta Branco defendem *acção directa* da lavoura contra o governo (11 de Março). Patrões e sindicalistas de Beja impedem a saída de trigo do concelho durante o mês de Janeiro. Assalto a padarias no Porto (Abril de 1917).

● **Deserção de evolucionistas** – Nos princípios de 1917, 17 deputados evolucionistas passam-se para os unionistas, que conseguem um grupo de 30 deputados.

● Retine pela primeira vez o **Conselho Económico e Social** em 3 de Março, criado por decreto de 18 de Abril, o pretexto para a queda do gabinete, quando o deputado democrático António da Fonseca critica o governo por este consultar entidades estranhas ao parlamento (8 de Março). As críticas renovam-se no dia 20 e o governo considera-se demissionário. O ministro do fomento é evolucionista e diz que o diploma tem como propósito chamar as *forças vivas*.

● **Governo nº 67 de Afonso Costa** (231 dias, desde 25 de Abril). Os evolucionistas não participam no gabinete, mas dão apoio parlamentar. O terceiro e último governo presidido pelo todo poderoso líder dos democráticos vai sofrer as consequências dos três cavaleiros do Apocalipse, da *fome*, da *peste* e da *guerra*, num ambiente dramático, a que não faltam as próprias aparições de Fátima. Dominam os incondicionais de Afonso Costa.

● São ministros: José Mendes Ribeiro Norton de Matos², Augusto Vieira Soares (vindos do anterior gabinete), bem como José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães, Eduardo Lima Basto, Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro, Alexandre Braga, José António Arantes Pedroso, Herculano Jorge Galhardo e Ernesto Jardim de Vilhena. Recupera-se parte da equipa do gabinete de Vítor Hugo Azevedo Coutinho e mobilizam-se dois antigos filhos de líderes de partidos



monárquicos. Para além de Ernesto de Vilhena (filho de Júlio de Vilhena), o subsecretário de Estado Ernesto Navarro (filho de Emídio Navarro).

● **Revolta dos abastecimentos** em Lisboa entre 12 e 31 de Maio, com dezenas de mortos e centenas de feridos. No dia 19 de Maio intensifica-se o processo grevista desencadeado e, no dia seguinte, há uma manifestação de operários da construção civil no Parque Eduardo VII, com o governo a decretar a suspensão das garantias constitucionais. Assaltos a armazéns de víveres, com 22 mortos e 50 feridos graves, no dia 21, naquilo a que se vai chamar, depreciativamente, a *revolta da batata*. Sessão parlamentar sobre a matéria, confirma o estado de sítio em 22 de Maio. Também há tumultos no Porto que causam cerca de duas dezenas de mortos. Afonso Costa, na própria Câmara dos Deputados observa que *em vez duma cidade de país civilizado, encontramos em uma terra de selvagens* (21 de Maio). O democrático Jaime Cortesão refere que se trata de uma *revolução da fome, mas com plano e organizações secretas* (29 de Maio). Em 1 de Junho é criada uma Administração de Abastecimentos que recebe as atribuições da Manutenção Militar, assim se demonstrando a ineficácia do aparelho de Estado face à crise do abastecimento e preços. E não é por acaso que um jovem estudioso desta matéria, Oliveira Salazar, vai consagrar-se universitariamente com um trabalho universitário dedicado à *questão das subsistências*, repetindo um título já utilizado numa pequena obra de José Luciano de Castro.

● **Intentona** – Governo tem conhecimento que se prepara uma revolta, encabeçada por J. Carlos da Maia e Ladislau Parreira (Maio)



●**Primeiras aparições de Fátima** (13 de Maio). Depois de ter surgido a diocese de Leiria (restaurada em 17 de Janeiro de 1918 e com bispo desde 15 de Maio de 1920), eis que as aparições só serão consideradas *dignas de crédito* em Outubro de 1930. As últimas ocorrem com o *milagre do sol* (13 de Outubro). Jornalista anticlerical Avelino de Almeida relata de forma imparcial, na *Ilustração Portuguesa*, a manifestação de 50 000 fiéis, neste dia. O local vai ser vandalizado no dia 22 por vários elementos da anticlericais de Santarém e de Vila Nova de Ourém, mobilizados por uma Associação do Registo Civil, que tentam levar para o lado da chacota aquilo que continua a ser um mistério do transcendente e da sociologia. Assumem-se *contra a especulação clérigo-mercantil* e os *reaccionários*. Igreja opta pelo silêncio, apesar de dois dos três videntes terem falecido: Francisco em 5 de Abril de 1919 e Jacinta em 20 de Fevereiro de 1920.

●**Conflitos com a Igreja** Bispo do Porto, D. António Barroso, é expulso da diocese em 21 de Junho. Segue-se a do patriarca de Lisboa (31 de Agosto).

●**Mais greves** Greve da construção civil de 7 a 18 de Julho, com a GNR a usar violência contra grevistas, encerrando-se a sede da União Operária (300 prisões). Greve da Companhia das Águas (Agosto). Greve dos Correios e Telégrafos (1 de Setembro). Imensas prisões. Votada greve de solidariedade, que tem início no dia 8.

●**Guerra** – Em 22 de Julho começa a grande batalha da Flandres, até meados de Novembro. Entre 8 e 25 de Outubro, Bernardino Machado, Afonso Costa e Augusto Vieira Soares visitam os soldados portugueses da Flandres.



●**Dissidências democráticas** – A usura do poder leva também a turbulências dentro do próprio partido democrático, onde surgem várias personalidades que contestam a liderança de Afonso Costa, nomeadamente os deputados António da Fonseca, Jaime Cortesão, Ramada Curto, Alberto Xavier, Artur Leitão e Francisco Trancoso, que acusam o chefe de ser *um falso radical*. A confusão é de tal monta que, no auge da *revolta dos abastecimentos*, Afonso Costa, discursando na Câmara dos Deputados, em 14 de Julho, chegou a dizer-se marxista e partidário da luta de classes, quando disse *entender que devem ser todos pela luta de classes, no sentido marxista da palavra*. Cortesão chega mesmo a propor a constituição de um *governo nacional*, com operários e católicos. Outra expressão da quebra de unidade do partido está no facto do tradicional jornal democrático do Porto, *A Montanha*, ter passado a independente, não faltando sequer a constituição de um novo periódico em Lisboa, *A Manhã*, com dissidentes do tradicional órgão dos afonsistas, *O Mundo*. Assim, não é de estranhar que no Congresso dos Democráticos, realizado nos começos de Julho, Afonso Costa tenha que disputar a liderança, em confronto com uma lista rival, para onde foi mobilizado Norton de Matos (3 de Julho).

●**Monárquicos** – Surge *A Monarquia*, dito *diário integralista da tarde*, fundado por Alberto Monsaraz (31 de Maio).

●Num congresso realizado em Braga, no dia 8 de Agosto, é fundado o **Centro Católico Português**. Aprovado o programa redigido por Diogo Pacheco de Amorim (1888-1976) e Almeida Correia. Na comissão central do novo agrupamento político, situado no âmbito terráqueo, mas aspirando à cobertura celestial, Alberto Pinheiro Torres, José Fernando de Sousa (Nemo) e Diogo Pacheco de Amorim. Participam 36 leigos e 30 eclesiásticos, a maior parte deles oriundos da diocese de Braga. O II Congresso do CCP terá lugar em 22 de Novembro de 1919. Antes, tinha sido eleito o primeiro deputado do Centro Católico Português, Diogo Pacheco de Amorim, por vaga de um deputado em Braga, numa *disputadíssima segunda volta*.

●Oficializado o programa do **Partido Centrista**, liderado por Egas Moniz (20 de Outubro). Integram o grupo vários dissidentes do evolucionismo como Vasconcelos e Sá, Malva do Vale, Tamagnini Barbosa e Simas Machado, bem como elementos provindos dos dissidentes progressistas. Assume-se como *um centro de atracção e de convergência dentro do regime*. Dissolver-se-á em Abril de 1918 para integrar o partido sidonista. Integrar-se-á, em 1919, no partido liberal.

●**Eleições** para a vaga de um deputado e um senador no círculo ocidental de Lisboa (25 de Outubro). Votam apenas 14% dos recenseados. Democráticos obtêm 3 224 votos contra os 2 363 conseguidos por Machado Santos. Nas votações para o senador, 1797 votos para os democráticos e 1 090 para o unionista Barros Queirós.

●**Eleições administrativas** (4 de Novembro). Democráticos com 92 câmaras (tinham 300); oposição republicana com 24 e monárquicos com 25. 89 para independentes.

●Decreto cria o conselho de Administração dos **Transportes Marítimos do Estado** (26 de Novembro). Durante a guerra serão afundados 80 barcos portugueses, cerca de 45 mil toneladas. O diploma será revogado por Sidónio Pais em 17 de Dezembro seguinte.

●**Aumento dos vencimentos e mobilização agrícola** – Em 5 de Outubro, decreto atribui

aos funcionários públicos *subvenções extraordinárias, determinadas pela carestia de vida*. No dia 27 é emitido o decreto de mobilização agrícola de Lima Basto.

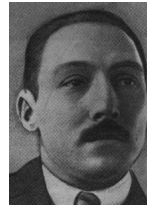
●**O filme da revolta dezembrista** A revolta começa a ser preparada por um comité ligado aos unionistas de Brito de Camacho. As reuniões conspiratórias decorrem em *A Luta* e na farmácia Durão, ao Chiado, de que é proprietário António Ferreira, também unionista.

●A direcção conspiratória é composta por Alberto da Silveira, Alves Roçadas, Vicente Ferreira, Tamagnini Barbosa e Vasconcelos e Sá. Só depois é que Sidónio Pais se liga ao grupo.

●Entretanto, por influência de Augusto Vasconcelos, regressado de Madrid, Camacho deixa de apoiar o movimento.

●Os conspiradores conseguem financiamento do agricultor alentejano, António Miguel de Sousa Fernandes também unionista.

●Começo da revolta em 5 de Dezembro. Aliás, entre Fevereiro de 1917 e Outubro de 1920, há 27 golpes de Estado vitoriosos na Europa.



●Decretado o estado de sítio na zona de Lisboa em 6 de Dezembro. A revolução triunfa no dia 7. Do lado da *república velha* apenas resistem os marinheiros de Agatão Lança² (1894-1965), numa postura

heroicamente solitária, à semelhança de Paiva Couceiro em 1910.

●Face à ausência de Afonso Costa e Augusto Soares, o governo é então chefiado por Norton de Matos que, mais uma vez, tem a colaboração de Leote do Rego, agora na tentativa frustrada de contenção do golpe. É uma espécie de 14 de Maio ao contrário, agora com a vitória da facção onde se integra Machado Santos.

●No dia 8, declaração da Junta Revolucionária, composta por Sidónio Pais, Machado Santos (que continua detido em Viseu) e Feliciano Costa, anuncia o triunfo: *venceu a república contra a demagogia*. Promete-se o fim da *desordem* e o *império da lei*.

●Afonso Costa é preso no Porto. Regressara de Paris no dia 6, dormindo em Coimbra.

Vem para Lisboa no dia 11. É transferido para o Forte da Graça em Elvas no dia 18. Será apenas posto em liberdade no dia 30 de Março de 1918, partindo para França em 25 de Abril.

● Depois da vitória, Sidónio tenta mobilizar para a chefia do governo o unionista Bettencourt Rodrigues e, depois, o independente José Relvas.

● O novo ciclo político começa por anular os castigos impostos aos bispos, dissolve o parlamento e manda libertar os implicados no 16 de Dezembro de 1916 (9 de Dezembro).

● Comício da União Operária Nacional, na praça dos Restauradores em Lisboa apresenta reclamações à Junta Revolucionária. Outros comícios do mesmo teor se realizam no Porto, Coimbra, Leiria, Barreiro, Odemira e Parede. Reclama-se, nomeadamente, a *utilização imediata de terrenos baldios*.

● São reintegrados os saneados pela lei de 1915 (10 de Dezembro). Nesse dia são formalmente demitidos os ministros do governo de Afonso Costa. Segue-se a destituição do próprio Presidente da República, Bernardino Machado (11 de Dezembro).

● Presidente derrubado só abandona Belém em 15 de Dezembro, onde fica prisioneiro. Há-de suceder-lhe o mesmo em 1926.

● Com o parlamento dissolvido, é publicado o programa de governo em separata do *Diário do Governo*, no dia 16 de Dezembro. Aí se proclama que o governo é contra a *demagogia*, tendo em vista a *harmonia e unidade da pátria*.

● D. António Barroso regressa ao Porto em 20 de Dezembro. Em 27 de Dezembro, já Sidónio acumula as funções de presidente do ministério e de presidente da República.

☞ Amorim, Diogo Pacheco de: 101; Cruz, Guilherme Braga da (1975, I): 643; Cruz, Manuel Braga da: 256, 264; Gomes, Pinharanda (1984): 136; Gouveia, Rosa: 30; Lopes, Fernando Farello: 50; Marques, Oliveira (1991, XI): 313, 477, 511; (*O Terceiro Governo...*): 97, 111; (*Afonso Costa*): 430; (*As Estruturas...*): 273; Martins, Francisco da Rocha (1929): 496; Moncada, Luís Cabral de (1992): 116; Peres, Damião: 157, 159, 160, 161, 166, 169; Pessoa, Fernando (1978): 210; Ramos, Rui: 519, 521, 523, 524, 525, 616; Rodrigues, Edgar: 174; Serrão, Joaquim Veríssimo (XI): 186 ss.; Vieira, Alexandre: 105, 111, 118, 119 ss..

● **A frustrada República Nova** – Institucionalmente, o dezembrismo tenta inaugurar um novo ciclo político, marcado pelo presidencialismo, assente no sufrágio directo e universal e no alargamento do próprio colégio eleitoral. Com efeito, Sidónio Pais não pode ser configurado como um mero *ditador* precursor do salazarismo ou continuador de João Franco. Ele é sem dúvida *o homem* que apenas procura responder às *circunstâncias*. Porque a anterior república, marcada pela partidocracia de uma força dominante, temia o diálogo directo com a massa da população.

● **As novidades políticas** – Ensaiaando *banhos de multidão*, tem rasgos de generosidade e recebe um apoio emocionalmente sentido por um povo cansado de políticos, fechados sobre o seu próprio clube partidário ou parlamentar. Neste sentido, Sidónio faz melhor do que João Franco, continuando a *pesca* apoios no terreno dos potenciais adversários, e não repete o erro de Pimenta de Castro, usando, desde sempre, a *farda*, ele que, há muito, se vestia de *borla e capelo*. Surge assim o primeiro presidente da república eleito directamente por sufrágio universal, alcançando uma legitimidade profundamente sentida e popularizando a República pela primeira vez. Pressente também a necessidade de um intervencionismo estadual no plano social e económico, lançando as bases de um *Estado-Providência*. Logo em 9 de Março cria-se uma nova estrutura governamental, onde o velho ministério do fomento, donde já se tinha destacado uma estrutura dedicada ao trabalho, dá lugar, por um lado, a um ministério da agricultura e, por outro, a um ministério das subsistências e dos transportes. Segue-se a criação de um *Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral* (10 de Maio), bem como de mecanismos extraordinários de luta contra a fome, como a chamada *sopa dos pobres*, que ainda hoje funciona com o nome de *sopa do Sidónio*. Instituem-se também as *senhas de racionamento*, logo em Setembro. O presidencialismo altera mesmo a estrutura do governo.

dado que em 15 de Maio os próprios ministérios são substituídos por secretarias de Estado, presididas pelo próprio presidente da república, entretanto já eleito em 28 de Abril.

● **Convulsões** – Não se pense, contudo, que o modelo nasce num país vivendo em normalidade institucional. A revolução dezembrista é sangrenta, fazendo cerca de uma centena de mortes e quinhentos feridos, enquanto a instabilidade golpista continua a manifestar-se. Logo em 8 de Janeiro de 1918, a revolta dos marinheiros; no Verão, uma greve dos ferroviários, precedendo uma ensaio de greve geral em Novembro; em Setembro, uma revolta militar em Lamego; e em Outubro, novas movimentações revoltosas em Lisboa, Porto e Évora. A resposta do poder estabelecido nunca é branda e assume mesmo alguns contornos de *terrorismo de Estado*, sendo marcada pelo episódio da chamada *Leva da Morte*, de 16 de Outubro, quando, num transporte de presos golpistas, no próprio centro de Lisboa, sete deles são assassinados, entre os quais se inclui o aristocrata republicano Ribeira Brava. Mas Sidónio nunca deixa de procurar acalmar os ânimos. No dia 18 de Maio, em visita ao Porto, liberta pessoalmente os revoltosos detidos que se queixam das tradicionais violências policiais.

● **Partidos** – No plano partidário, o sidonismo, depois de perder o apoio político dos unionistas (em 7 de Março, os ministros do grupo de Brito Camacho abandonam o governo e, no congresso de 8 de Abril criticam violentamente o estado de coisas, decidindo não apresentar-se às eleições) tenta estruturar-se pela criação o Partido Nacional Republicano (30 de Março de 1918), onde se integram os *centristas* de Egas Moniz e os *reformistas* de Machado Santos. O partido, que tem como órgãos de apoio *A Luta* e *A Situação*, ainda sobrevive depois da morte de Sidónio, sob a designação de *Partido Nacional Republicano Presidencialista*, tendo concorrido às eleições legislativas de 1921 e 1922, antes de se fundir, em 1925, com o *Partido Nacionalista*. Outro movimento político nascido na altura é a Cruzada Nuno Álvares, fundada em 18 de Julho. Esboça-se, inclusive, uma revista, a *Pela Grei - Revista para o Ressurgimento Nacional pela Formação e Intervenção de Uma Opinião Pública Consciente*, fundada em princípios de 1918, de que saem sete números, até 20 de Maio 1919. Dirigida por António Sérgio e contando com a colaboração de Ezequiel de Campos e Raúl Proença (1884-1941), é órgão de uma *Liga de Acção Nacional* que tem como Presidente o reitor da Universidade de Lisboa, Pedro José da Cunha, e contando, entre os fundadores, com os professores Ruy Enes Ulrich, Reis Santos e Francisco António Correia.

● **Um presidencialismo democrático** – Excluir a lei e a prática eleitoral do sidonismo da vida da I República, configurando o processo como um pré-28 de Maio ou um proto-fascismo pode constituir excelente literatura de justificação, mas impede que se assinala uma efectiva experiência de sufrágio universal, bem como a primeira eleição de um chefe de Estado por sufrágio directo e também universal. Julgamos que o modelo lançado pelo antigo ministro dos primeiros governos do regime, juntamente com os ilustres republicanos que o apoiaram, de Machado Santos a Egas Moniz, apenas cria a hipótese de um presidencialismo democrático que, se tem o vício da personalização do poder, nem por isso deixa de ser democrático, como o virão a demonstrar as experiências da V República francesa, com Charles de Gaulle e Mitterrand e, como, de certa maneira, o tentam praticar Ramalho Eanes e Mário Soares, nas nossas experiências de institucionalização pós-revolucionária da democracia. Acresce que a participação de adversários do regime na vida parlamentar, longe de destruir as instituições, poderia vivificá-las. Ligar a experiência sidonista ao Estado Novo corresponde a uma verdade, se distinguirmos o 28 de Maio do salazarismo e se recordarmos que uma das primeiras oposições ao salazarismo veio dos generais do movimento, nomeadamente de Vicente de Freitas.

● **A forma do poder** é a de uma república presidencialista, com correcções à própria Constituição de 1911 e com alterações das suas principais leis orgânicas, da Lei da Separação à Lei Eleitoral, mas sem nunca se dar uma global revisão do texto constitucional. Contudo, entre os apoiantes do também chamado dezembrismo, há um conflito persistente quanto ao perfil do presidencialismo. Primeiro entre os unionistas e os sidonistas propriamente ditos, intervindo, pelos primeiros, o próprio José Barbosa, autor, na Constituinte, de um projecto presidencialista. Depois, um conflito entre os centristas de Egas Moniz e o grupo sidonista de Tamagnini

Barbosa, dado que os primeiros queriam restringir os poderes presidenciais de dissolução parlamentar.

● **Um vazio de projecto** – O sidonismo não assenta em qualquer prévio projecto definidor da arquitectura do Estado, flutuando conforme as crenças dos sucessivos apoiantes. É particularmente inovador a nível de imagem do poder com o *presidente-rei* a utilizar pela primeira vez os *banhos de multidão*. Surgem, assim, sinais de novos tempos políticos, da *república nova* que vários tentam corporizar em rótulos e ideias. Martinho Nobre de Melo tenta integrar esse hibridismo no *sindicalismo integral*, então defendido por Léon Duguit. Outros há, pré-fascistas, como Teófilo Duarte. Até António Ferro (1895-1956) se sente empolgado com a novidade. Com efeito, a personalização do poder aliada ao messianismo vivia a intensidade dos tempos posteriores às aparições de Fátima, aos dramas de uma guerra mundial e da emergência da revolução bolchevique. Os próprios integralistas, assumindo-se como deputados do sidonismo, tentam também ocupar o vazio de uma revolução que se fizera sem prévio trabalho doutrinal. Uma revolução com autor, mas que, depois de feita, procura ideias.

● **A sede do poder** está no chamado *Paço de Belém*, nome que, nos diplomas substitui o de *Presidência da República*, num homem que tenta inventar uma instituição. O executivo tende, assim, a sair de S. Bento. Só depois de expressas todas estas contradições é que Sidónio procura a constituição de um partido e até se organiza um governo com ministros que passam a chamar-se *secretários de Estado*. Reduz-se o tempo de reunião do Congresso. Não se toca no poder judicial. E sempre o militarismo, dado que Sidónio, ao contrário do que fez Pimenta de Castro, trata de *vestir a farda* que não usa há muito e quando há crises logo passa a assumir as funções de *comandante militar*. Mas apenas instrumentaliza a farda, mitificando os cadetes.

